

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
Teoria Avançada da Contabilidade

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS À ANÁLISE DE CRÉDITO

Cristiane Alves Menchick
Fernanda Alves Moreira Dias
Jaime Antonio Gonzaga da Cunha
Thamyres Maria Barbosa Santos

Belo Horizonte
14 outubro 2011

**Cristiane Alves Menchick
Fernanda Alves Moreira Dias
Jaime Antonio Gonzaga da Cunha
Thamyres Maria Barbosa Santos**

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS À ANÁLISE DE CRÉDITO

Artigo Científico apresentado à
disciplina Teoria Avançada da
Contabilidade, do 5º Período do Curso
de Ciências Contábeis Noite do
Instituto de Ciências Econômicas e
Gerenciais da PUC Minas BH.

Professor: Sebastião Alves Rodrigues

Belo Horizonte
14 outubro 2010

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS À ANÁLISE DE CRÉDITO

RESUMO

O Presente trabalho consiste em um artigo científico realizado pelos alunos do 5º período do Curso de Ciências Contábeis, que relaciona a disciplina de Teoria Avançada da Contabilidade.

Os temas que foram desenvolvidos no artigo foram: análise de crédito e princípios contábeis. Para elaboração deste trabalho o grupo realizou pesquisas bibliográficas para coleta de dados e análise. O conhecimento obtido pelo grupo através da análise e compreensão da material pesquisado, incluindo os procedimentos utilizados em bancos comerciais e financeiras, proporcionou grande satisfação em sua concretização.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Crédito. Capacidade. Capital. Princípios Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal tema a aplicação dos princípios contábeis à análise de crédito. Após o plano Real o setor financeiro teve de se ajustar a uma nova realidade econômica. A significativa queda inflacionária influenciou na necessidade de que os Bancos viessem a reaplicar seus ativos para investimentos alternativos geradores de receitas operacionais. A consequência imediata foi o aumento da concessão de empréstimos para todos os segmentos da economia.

Paralelamente ao aumento da concessão de créditos, os Bancos passaram a assumir uma exposição proporcionalmente maior ao risco de inadimplência, ou seja, o do não recebimento (parcial ou total) dos juros e prestações do crédito.

Os Bancos concedem o crédito após detalhada análise de capacidade financeira e idoneidade. O objetivo é minimizar o risco de crédito, ou seja, o não recebimento de uma determinada quantia no caixa dos credores, em data futura. Para isso procedimentos subjetivos (análise caso a caso) e objetivos (análise estatística), como instrumento para a adequada seleção, análise, precificação e, principalmente, monitoramento dos riscos diversos, consequência de adversidades como: juros, câmbio, aumento da inflação e desemprego.

Considerando que o aumento sucessivo das perdas com a inadimplência contribui para a redução da lucratividade e

rentabilidade dos Bancos, o resultado é o de também comprometer negativamente o retorno dos acionistas. Buscando minimizar as possibilidades de ocorrência desse resultado e continuar o crescimento da riqueza das instituições é imprescindível o uso da Prudência e da Oportunidade, onde os Bancos façam contínuas reavaliações de seus modelos de análise de crédito.

2 INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE CRÉDITO

O tema análise de crédito é diretamente associado aos bancos comerciais. Sua importância é fundamental, pois a lucratividade e permanência dos bancos no mercado estão intimamente relacionados aos critérios de seleção de seus clientes. Isso ocorre porque o resultado do não recebimento de uma operação equivale à perda do valor emprestado e dos juros devidos. Por outro lado, restrições excessivas que limitam a concessão do crédito, podem acabar transferindo clientes a bancos mais agressivos em relação à assunção de riscos.

2.1 Os Seis C's do Crédito

CARÁTER: Trata-se da vontade do cliente de pagar suas contas, o que traduz sua índole, ética e senso moral. Mesmo sendo uma característica essencialmente subjetiva, uma forma de apurá-la é obter informações junto a bancos e cartórios de títulos e protestos. Essas informações versam sobre a conduta do cliente no que diz respeito à pontualidade e constância com que tem liquidado seus títulos e obrigações. Elas servem unicamente como parâmetro de comportamento histórico, pois a pontualidade da liquidação dos compromissos pode ser fator importante no negócio do cliente, não exprimindo sua real vontade de pagar. Por outro lado, o sujeito pode ter constantemente liquidado em dia seus compromissos por ter tido

folga em seu fluxo de caixa, mas ele pode deixar de fazê-lo instantaneamente, caso a situação financeira de sua empresa se desequilibre.

CAPACIDADE: Reflete a capacidade de gestão dos administradores e o próprio grau de especialização da produção e comercialização da empresa. A capacidade de gestão está intimamente relacionada ao desempenho da empresa. No entanto, seu desempenho não está ligado somente ao demonstrativo de resultados, mas a outros fatores, tais como participação relativa no mercado, níveis de qualidade e produtividade, e grau de satisfação e lealdade dos clientes. Estes são fatores difíceis de se mensurar sem uma profunda pesquisa na empresa e a outras fontes de informações. Portanto, uma análise inicial do currículo dos administradores pode dar uma breve orientação sobre suas habilidades técnicas no setor em que atuam e em relação ao grau de especialização da produção. E, adicionalmente, uma visita às instalações da empresa pode permitir uma avaliação dos métodos de trabalho e do grau tecnológico utilizado.

CONDIÇÕES: Estão ligadas aos fatores externos à empresa que podem de alguma maneira afetar seu desempenho nos negócios, prejudicando ao mesmo tempo sua capacidade de honrar os compromissos. Mencionam-se os seguintes fatores: Legais (legislações interna e externa: nacional e internacional), Econômicos (desenvolvimento global e setorial, condições de oferta e demanda), Sócio-Culturais (mudanças nos hábitos de

consumo, normas culturais, nível de satisfação dos funcionários, comportamento político), Ecológicos (reação a novos regulamentos, reação a pressão de grupos).

CAPITAL: Refere-se ao estudo do patrimônio da empresa. Ele estende-se desde a provisão de receitas e despesas, passando pelos investimentos no ativo permanente, pelo comportamento das contas no balanço patrimonial, pelo prazo das obrigações, até à análise da qualidade dos ativos. Em síntese, busca-se confrontar, por meio de índices extraídos do balanço patrimonial, os quais estabelecem sua situação econômico-financeira, todos os bens e recursos possuídos pela empresa com suas obrigações.

COLATERAL: Procura demonstrar a capacidade do cliente em oferecer garantias colaterais, espécie de segurança adicional necessária à concessão do crédito que atenua o risco da operação. As garantias são divididas em reais e pessoais. As garantias reais são o direito especial de garantia sobre móveis ou imóveis, além da promessa de contra-prestação, tais como Alienação Fiduciária, Hipoteca, Penhor Mercantil, Caução, Ações, Cédula Hipotecária, Certificado de Depósito, Debêntures, Duplicatas, Letras de Câmbio, Letra Hipotecária, Nota Promissória, Título de Dívida, etc. As garantias pessoais se resumem à promessa de contra-prestação. Neste caso, o credor se contenta com a garantia comum representada pelo patrimônio presente e futuro do devedor, avalista ou fiador.

Como exemplos de garantias pessoais, tem-se: aval, carta de crédito e carta de fiança.

2.2 Procedimentos Básicos da Análise de Crédito

A análise cadastral busca levantar informações sobre o Caráter do cliente. A análise econômico-financeira procura estudar a questão do Capital, projetando desempenho futuros com forte base no desempenho passado. A análise dos principais riscos relaciona riscos internos à empresa com as questões de sua Capacidade, e riscos externos com as Condições ambientais. Finalmente, a análise das garantias refere-se ao item Colateral, o qual traduz as garantias colaterais que dão lastro à operação.

3 OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional. Os princípios são aplicáveis à contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades. São Princípios Fundamentais de Contabilidade:

O Princípio da ENTIDADE: O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O princípio da CONTINUIDADE: A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas. A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou

previsível. Desta forma, por exemplo, bens ou direitos cujo valor contábil seja superior ao valor econômico, por força de obsolescência ou rescisão contratual, devem ser ajustados contabilmente.

O princípio da OPORTUNIDADE: O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

O princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL: Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.

O princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais. A atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

O princípio da COMPETÊNCIA: As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

O princípio da PRUDÊNCIA: O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

I) OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA

A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

Por exemplo, o princípio de competência, que exige o registro das receitas e despesas no período que ocorrerem, não pode ser substituído por adoção do regime de caixa (onde as receitas e despesas são registradas somente por ocasião de seu pagamento).

II) OBJETIVO E USUÁRIOS DA CONTABILIDADE

O objetivo principal da contabilidade, de acordo com a visão predominante, seria o de gerar informações úteis e relevantes para a tomada de decisões corretas e tempestivas, tanto por usuários internos quanto por usuários externos da informação contábil. Numa abordagem sobre o assunto a FIPECAFI2 (2000 p. 68) apresenta as funções administrativas e

econômicas da contabilidade, assim dispondo: O objetivo científico da contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações. Já sob a ótica pragmática, a aplicação da contabilidade a uma Entidade particularizada, busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da Entidade e suas mutações(...).

Dentro dessa ótica pode-se dizer que inúmeros são os usuários das informações contábeis, cada um, especificamente, com uma necessidade informacional diferenciada. Destacam-se como principais usuários da informação contábil os proprietários da empresa, o governo, os diretores, gestores, os bancos, investidores, fornecedores, os clientes, a comunidade social onde a empresa está inserida, enfim todos os interessados na vida da empresa.

No cumprimento do objetivo da contabilidade, de gerar informações úteis e relevantes para atender a necessidade do usuário, é necessário o cumprimento das regras básicas denominadas **tecnicamente de princípios fundamentais da contabilidade**.

A utilização destes Princípios pelos contadores visa garantir que a escrituração e, por consequência, as demonstrações contábeis, de qualquer entidade (seja ela de fins lucrativos ou não), reflitam de maneira adequada a sua situação patrimonial, financeira e econômica em determinado

momento. Dessa forma, os vários usuários da contabilidade podem tomar as suas decisões com segurança, finalidade prática dos Princípios Fundamentais da Contabilidade é a de servir de guia ou parâmetro para o registro de fatos e a elaboração de demonstrações dentro de regras uniformes que facilitem a função informativa da Contabilidade.

4 CONCLUSÕES

Uma decisão tomada hoje poderá causar uma série de efeitos no futuro, os analistas de crédito, estão constantemente tomando decisões dentro de um ambiente de mudanças, no mercado econômico, na política, no mercado financeiro, mudanças culturais, todas elas alteram a todo o instante as condições de risco e incerteza. Entende-se que a Contabilidade funcionando como um sistema de informações, o grande desafio nosso como contadores é contribuir para uma boa gestão dessas informações, procurando evidenciá-las da melhor forma possível e despertando nelas confiabilidade e credibilidade, prezando sempre pela ética e eficiência na nossa profissão. Precisamos explorar melhor essas áreas onde nosso conhecimento se sobressai.

5 BIBLIOGRAFIA

IUDÍCIBUS, Sergio de & MARION, José Carlos. Introdução a Teoria da Contabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NEVES, Silvério das. & VICECONTI, Paulo Eduardo V. Contabilidade Avançada: e análise das demonstrações financeiras. 12 ed. São Paulo: Frase, 2003.

SCHRICKEL, W. Kurt. Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimos. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. REVISTA CONTABILIDADE E FINANÇAS. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 12 out. 2011.